

ELEIÇÕES 2022
CARTA ABERTA Nº 2 DIRIGIDA A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS

Brasília, 26 de agosto de 2022

Assunto: Posicionamento de candidatos(as) sobre o SISTEMA DA DÍVIDA e quanto ao estabelecimento de LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

Prezados(as) presidentes(as) de Partidos Políticos,

Pela presente, reiteramos os termos da Carta Aberta enviada a todos os partidos políticos em 12 de maio do corrente, junto à qual enviamos um QUIESTIONÁRIO a ser respondido por todos os candidatos e candidatas aos diversos cargos pretendidos (Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais), tendo em vista que a sociedade precisa conhecer o posicionamento de cada candidato(a) em relação ao tema do endividamento público, a fim de avaliar o seu preparo em relação aos reais problemas econômicos do país (<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-dirigida-a-todos-os-partidos-politicos-com-questionario/>).

Adicionalmente, solicitamos o posicionamento dos respectivos candidatos e candidatas em relação ao Projeto de Lei Complementar PLP 104/2022 que tramita na Câmara dos Deputados e dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras. Referido PLP decorre da proposta legislativa construída pela sociedade civil (<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>), que foi apresentada à Câmara (Sugestão nº 9/2022 - CLP) e ao Senado (Sugestão nº 8/2022) em junho deste ano. Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Legislação Participativa já aprovou a Sugestão e atualmente o Projeto se encontra na Comissão de Finanças e Tributação. A íntegra do texto do PLP 104/2022 se encontra disponível na página: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2191241

Os juros altos são o principal fator de crescimento da dívida pública em todas as esferas (federal, estadual e municipal), afetando negativamente as contas públicas. São também o principal fator de falência das empresas de todos os ramos, agravando o desemprego e o atraso socioeconômico. O endividamento atinge cerca de 78% das famílias brasileiras, conforme pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

De acordo com o próprio Banco Central, 76 países possuem mecanismos legais que limitam as taxas de juros. Em nosso país, no entanto, esse controle é inexistente. Além disso, os demais países desenvolvidos estabelecem taxas de juros básicas próximas a zero ou até mesmo negativas, enquanto no Brasil as taxas são exorbitantes, o que fica ainda mais grave diante dos mecanismos de política monetária utilizados pelo Banco Central, como a remuneração diária da sobra de caixa (dinheiro da sociedade que se encontra depositado nos



bancos e que deveria retornar para a sociedade a juros baixos) no Banco Central por meio das chamadas “operações compromissadas” e “depósitos voluntários remunerados”. Com essa remuneração garantida, sem risco, com taxas próximas à “Selic”, os bancos não têm se interessado em emprestar a juros baixos para pessoas e empresas, só o fazendo a taxas elevadíssimas, amarrando toda a economia do país.

Diante disso, consideramos imprescindível que candidatos e candidatas de todos os partidos se manifestem em relação ao Sistema da Dívida (por meio da resposta ao questionário (<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-dirigida-a-todos-os-partidos-politicos-com-questionario/>) e também acerca do PLP 104/2022, que visa estabelecer limite para os juros no Brasil, como já ocorre em quase 80 países.

Desde já agradecemos a colaboração desse partido por encaminhar o presente pedido a todos os(as) candidatos(as) e/ou candidatas(as) desse partido aos diversos cargos eletivos, para que possam encaminhar, o quanto antes, as suas respostas para <contato@auditoriacidada.org.br>.

Informamos que todas as respostas recebidas serão publicadas com destaque na página web da Auditoria Cidadã da Dívida <www.auditoriacidada.org.br>.

Atenciosamente,

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida